

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 542.558 - GO (2014/0162600-7)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE GOIÁS  
**PROCURADOR** : CLARICE PEREIRA DE ALMEIDA MACHADO E OUTRO(S) - GO029848  
**AGRAVADO** : HARLEN CASTRO ALVES DE LIMA  
**ADVOGADO** : GIORGI THOMPSON DE SOUZA - GO018694

### **DECISÃO**

Trata-se de Agravo Regimental, interposto pelo ESTADO DE GOIÁS, contra decisão de minha lavra, que conheceu do Agravo para negar-lhe provimento, ante a incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Alega o agravante que, "conforme consignado no recurso especial houve o ferimento ao artigo 183 do CPC, e o tribunal local firmou interpretação divergente deste Colendo STJ, contrariando o seu entendimento de que as informações sobre andamento processual divulgadas pela internet, nos sites do Poder Judiciário, têm valor oficial e podem ser tomadas como referência para contagem de prazos. Conclui-se que a importância do recebimento e provimento do agravo está exatamente na necessidade da apreciação das razões de mérito do recurso especial, sem o que se retira do Estado a oportunidade do reexame da matéria por esta Corte" (fls. 487/488e).

Por fim, requer que "seja o presente regimental, ora interposto, devidamente conhecido para que Vossa Excelência, permissa vênua, exercendo juízo de retratação, reconsidere o decisum aqui agravado; em assim não entendendo Vossa Excelência, seja este Agravo Regimental encaminhado à submissão do Colegiado, objetivando o conhecimento e provimento deste com o consequente conhecimento e provimento do Agravo em Recurso Especial com posterior conhecimento e provimento do Recurso Especial" (fl. 490e).

Impugnação da parte agravada, a fls. 496/508e, pelo não conhecimento do Agravo interno ou por seu improvimento.

Assiste razão à parte agravante, razão pela qual **reconsidero** a decisão de fls. 478/479e.

Passo, novamente, ao exame do Agravo em Recurso Especial, interposto pela ESTADO DE GOIÁS, contra a decisão que inadmitiu o seu Recurso Especial, manejado em face de acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, publicado em 19/04/2013, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRADO DE INSTRUMENTO. RESTITUIÇÃO DO PRAZO RECURSAL. JUSTA CAUSA NÃO

DEMONSTRADA.

1. Não comprovado pelo agravante a justa causa para a ausência de prática do ato processual no prazo legalmente estabelecido e, ainda, não demonstrado que o pedido de devolução foi feito no prazo de 05 dias após a cessação do impedimento, torna-se imperiosa a manutenção da decisão recorrida.

2. Se a parte agravante não traz argumento suficiente para acarretar a modificação da linha de raciocínio adotada na decisão monocrática, impõe-se o desprovemento do agravo regimental, porquanto interposto sem elementos novos capazes de reformar o decisum recorrido.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fl. 399e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fundamento nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, sustenta o recorrente violação ao art. 183 do CPC/73 e divergência jurisprudencial, invocando julgado do STJ, proferido no REsp 1.186.276/RS. Para tanto, alega que, **in verbis**:

**"III - DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA**

O Código de Processo Civil prevê em seu art. 183 a possibilidade de o juiz permitir a prática de ato, depois de transcorrido o prazo legal, na hipótese de a parte demonstrar que não o praticou no tempo devido por motivos alheios à sua vontade.

Ora, a não atualização das informações processuais no site eletrônico do Tribunal induz as partes em erro, não podendo prevalecer o entendimento de que compete à parte diligenciar no foro acerca do andamento processual.

Com o advento da Lei Federal 11.419/06 as informações veiculadas pelos sítios dos Tribunais têm caráter oficial.

Recentemente esse E. Superior Tribunal de Justiça revisou seu antigo posicionamento e decidiu que as informações sobre andamento processual divulgadas pela internet, nos sites do Poder Judiciário, têm valor oficial e podem ser tomadas como referência para contagem de prazos.

Assim, eventuais diferenças entre informações dos sites e aquelas constantes no processo, causadas por falha técnica ou erro dos servidores, não devem gerar prejuízo às partes.

Assim foi decidido no REsp 1186276/RS, da relatoria do Ministro Massami Uyeda, da Terceira Turma, em 16/12/2010, publicado no

DJE de 03.02.2011:

(...)

Esse entendimento foi reafirmado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar recurso de duas empresas de engenharia e uma companhia de participações que pediam reabertura de prazo para responder a uma ação.

O relator do recurso especial 960.280/RS, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, afirmou que compartilhava do entendimento pacificado anteriormente no STJ de que as informações processuais constantes nos sites dos tribunais teriam caráter meramente informativo e que, por não serem oficiais, não serviriam de justa causa para reabertura de prazos. No entanto, o Ministro decidiu rever sua posição em função da importância adquirida pelo processo eletrônico. Ponderou o Relator:

(...)

**Esse entendimento homenageia o princípio da confiança e da boa-fé. Ora, no caso sub judice está patente que o andamento processual não foi atualizado e, nesse passo, o Estado de Goiás, sob pena de violação aos princípios do devido processo legal (contraditório e ampla defesa), inculcado no art. 5º, LV, bem como aos princípios da confiança e da boa-fé, não pode ser penalizado pelo 'descuido' de serventuários que deixaram de atualizar as informações publicadas no site do TJGO.**

Desta forma, mostra-se imperativa a reforma do acórdão fustigado a fim de garantir a inteireza do direito positivo" (fls. 408/412e).

Contrarrazões, a fls. 423/433e.

A irresignação não merece ser conhecida.

Examinando a controvérsia, o Tribunal de origem assim deduziu:

"Conforme relatado, cuida-se de Agravo Regimental interposto da decisão que, em consonância com o entendimento do juízo **a quo**, indeferiu o pedido de restituição do prazo para oposição de embargos. O Agravante sustenta que a 'perlenga atual do processo cinge-se ao deslinde da premissa de que é possível a restituição de prazo à parte que confia no andamento processual constante no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, alimentado por servidores do próprio Poder Judiciário? Ou as informações veiculadas nos sítios eletrônicos teriam caráter meramente informativo?' Prossegue, depois de ironizar o sistema desta Corte de Justiça, citando posicionamento recente do STJ, entendendo que 'as informações sobre o andamento processual divulgadas pela Internet, nos sites do Poder Judiciário, têm valor oficial

e podem ser tomadas como referência para contagem de prazos'.

Pondera que o Estado de Goiás, sob pena, inclusive de violação aos princípios do devido processo legal (contraditório e ampla defesa), insculpido no art. 5º, LV, bem como aos princípios da confiança e da boa-fé, não pode ser penalizado pelo descuido de serventuários que deixaram de atualizar as informações publicadas no site do TJGO.

Consigna que a carta precatória de citação para oposição de embargos à execução, foi juntada aos autos em 07/12/2011, e não em 07/04/2011 (fIs. 162/verso dos autos de Agravo de Instrumento).

Acrescenta que a intimação para manifestar sobre os cálculos da Contadoria Judicial não possui prazo preclusivo, como já se disse na petição inicial do Agravo de Instrumento.

Por derradeiro, pugna pela retratação da decisão e, caso contrário, seja submetido o recurso ao órgão colegiado, na forma do artigo 364, § 3º do RITJGO, para que seja conhecido e provido. O agravo de Instrumento, anulando-se a decisão proferida pelo juízo **a quo**, e consequentemente, determinando-se a restituição do prazo para apresentação de embargos à execução.

**Ab initio**, devo registrar que não vislumbro motivo relevante para reconsiderar os fundamentos lançados na decisão monocrática, nos termos da Ementa a seguir transcrita.

**Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte de Justiça entende que a restituição de prazo deve ser requerida durante o transcorrer do prazo ou cinco dias após o encerramento do impedimento que afetou a perda do prazo. No caso, o Agravante deveria ter interposto seu recurso dentro do lapso temporal de 30 (trinta) dias, a contar da juntada da carta precatória de citação, que ocorreu no dia 07/12/2011 (f. 598-verso), reproduzida à f. 252.**

**A petição de restituição do prazo recursal (fIs. 623/625), reproduzida às fIs. 173/175, foi protocolizada em 21.03.2012, ou seja, bem posterior ao término do prazo de 30 (trinta) dias para interpor embargos à execução.**

**Ademais, é sabido e consabido que em se tratando, como no caso de prerrogativa processual da intimação pessoal, o prazo para recorrer começa com a juntada aos autos do mandado de intimação.**

Sendo assim, mantenho os fundamentos anteriormente utilizados e submeto a matéria recorrida à apreciação da Turma Julgadora.

Quanto ao tema, eis o teor da decisão atacada pelo agravante:

'[...] Presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, dele conheço.

**O agravante apresenta inconformismo à decisão que indeferiu o pedido de restituição de prazo para oposição de embargos e determinou a intimação do Presidente do Tribunal de Justiça para que determinasse a expedição de precatório, no valor de R\$ 154.246,66 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos), com o seguinte teor:**

'Decisão

(Decisão. Restituição de prazo para opor embargos à execução. Fazenda pública. Equívoco ou omissão no sistema informatizado quanto ao andamento processual. Desnecessidade. Prerrogativa da intimação pessoal. Indeferimento do pedido.)

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por HARLEN CASTRO ALVES DE LIMA em face do ESTADO DE GOIÁS, almejando recebimento de crédito referente a diferença salarial, em razão do pleno exercício em substituição do cargo de chefia, na condição de escrivão. Junto à inicial foram acostados os documentos de fls. 18/281. Devidamente citado, o Requerido apresentou contestação às fls. 380/388. Sentença de fls. 389/400 julgando procedente o pedido. Recurso de Apelação às fls. 403/413. Contrarrazões às fls. 417/428.

Acórdão de fls. 469/495 dando parcial provimento ao recurso de apelação, acolhendo a prescrição da pretensão indenizatória das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação.

Demonstrativo de cálculo fornecido pela contadoria judicial às fls. 549/554. Impugnação do Executado/Requerido aos referidos cálculos em fls. 573/575. Em petição de fls. 582/586 o Exequente/Requerente refutou a impugnação protocolizada pelo Réu. Decisão de fl. 588 homologando os cálculos da contadoria judicial.

Petição de fls. 590/594 protocolizada pelo Requerente executando o julgado. Despacho de fl. 597 determinando a citação do Réu para opor embargos em 30 dias. Foi expedido carta precatória citatória, a qual restou-se

devidamente cumprida e juntada aos autos à fl. 598-v.

Novos cálculos da contadoria judicial atualizando o débito às fls. 616/619. Petição do Requerido em fls. 623/625 pugnando pela devolução de prazo para opor embargos à execução. Impugnação ao pedido de devolução de prazo, ofertado pelo exequente às fls. 640/643.

É o relatório que basta.

Fundamento e Decido.

É cediço que um dos pressupostos para admissibilidade dos recursos é a tempestividade, e no caso de embargos à execução, deve-se respeitar o prazo de 30 dias para sua oposição, caso o recorrente seja a Fazenda Pública, conforme estabelece o art. 730 do CPC c/c o art. 1º-B da Lei nº 9.494/97.

No caso, é incontroverso que o Requerido foi devidamente citado, passando a fluir o prazo para a oposição dos embargos à execução a partir da juntada aos autos da carta precatória de citação (fi. 598-v), prazo este que transcorreu em branco, por incúria do próprio Executado, que preferiu após quase quatro meses do termo inicial para seu oferecimento, pleitear a restituição de prazo.

Entendo que não há qualquer respaldo jurídico o pedido de restituição de prazo formulado pelo Requerido, sob o argumento de que não houve comunicação via internet quanto ao andamento processual da execução, quando a preclusão temporal foi ocasionada pelo seu próprio desleixo.

Ademais, eventual equívoco ou omissão no sistema de informações processuais disponibilizado no sítio deste Tribunal não é capaz de ensejar a alegada justa causa prevista no art. 183 do CPC, dada a natureza meramente informativa dos dados constantes na internet.

O próprio parágrafo primeiro do artigo 183 do Código de Processo Civil dispõe:

(...)

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Outrossim, incumbe á parte diligenciar quanto à fluência dos prazos processuais, sendo irrelevante, para a finalidade de justificar a sua perda, omissão de

informação no sistema informatizado em relação ao decurso de prazo para oposição dos embargos, mormente quando o Réu possui a prerrogativa de citação pessoal e prazos elastizados.

Sobre a contagem de prazo, nos casos em que a parte possui a prerrogativa processual da intimação pessoal, colaciono o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Logo, o Requerido deveria ter interposto seu recurso dentro do lapso temporal de 30 (trinta) dias, a contar da juntada da carta precatória de citação, que se deu no dia 07.12.2011 (fl. 598-v), e não ter aguardado a comunicação de quaisquer informação processual no sistema informatizado do Tribunal, porquanto teve ciência do despacho que lhe oportunizou o aviamento dos embargos à execução pessoalmente. Contudo, se não o fez, afigura-se inadmissível a restituição de prazo para oposição de sua defesa, já que desrespeitado o prazo processual de interposição.

ISTO POSTO, com fulcro nos artigos 730 do Código de Processo Civil c/c o artigo 1º-B da Lei nº 9.494/97, INDEFIRO a restituição de prazo para oposição de embargos.

(...)' (Destaques no original).

Afasto, de plano, o pedido de reforma da decisão atacada, porquanto dela se extrai que as razões que levaram o Juízo Singular a indeferir a restituição de prazo para a oposição de embargos, foram bastante clara e fundamentada ao esposar o seu entendimento, e que por isso mesmo, não afigurasse-me possível aplicar tal pedido ante a prefalada preclusão.

O Código de Processo Civil ao dispor sobre os prazos processuais, prescreve no art. 183 o seguinte:

(...)

Não vislumbro nos autos, a existência do que justifique ser 'justa causa', como muito bem asseverou o douto Juiz Singular.

Sobre o tema, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Por sua vez, dispõe o art. 185 do mesmo diploma processual:

'Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (dias) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da Parte'.

Podemos encontrar tal instituto, ainda, no art. 245 do mesmo Código, que diz o seguinte:

'Art. 245. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão'.

**Infere-se das disposições retro que na hipótese da parte deixar de praticar ato judicial por justa causa, comprovada nos autos, poderá lhe ser restituído o prazo para praticá-lo.**

**Porém, se a arguição do impedimento não foi feita no prazo para a prática do ato, diante da inexistência de preceito legal dispondo a respeito do prazo para alegar o impedimento, a arguição deve ser feita no lapso temporal previsto no art. 185 do Código de Processo Civil, qual seja, cinco dias.**

**No presente caso, da decisão que homologou os cálculos do Contador Judicial, foi intimado o requerido, ora agravante (Estado de Goiás), pessoalmente, fazendo carga do processo no dia 23 de fevereiro de 2011, devolvendo-o no dia 31 de março do mesmo ano, permanecendo os autos em seu poder por 36 (trinta e seis) dias, sem que apresentasse qualquer insurgência contra a decisão homologatória dos cálculos.**

**A despeito, é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a parte prejudicada deve requerer e comprovar a justa causa no prazo legal para a prática do ato ou em lapso temporal razoável, assim entendido até cinco dias após cessado o impedimento sob pena de preclusão, senão vejamos:**

(...)

Pelo que se infere dos autos, não há que se questionar sobre restituição de prazo, porquanto, é incontroverso que o Requerido foi devidamente citado, cujo prazo para a oposição de embargos, passou a fluir a partir da data da juntada aos autos da carta precatória de citação, ou seja, em 07.04.2011,



oportunidade em que preferiu, depois de transcorrer quase quatro meses do termo inicial para seu oferecimento, pleitear a restituição de prazo.

**Reprise-se que o Estado de Goiás, ora embargante, foi devidamente intimado depois de juntada a carta precatória de citação e o transcurso do prazo de defesa em 01/03/2012, para manifestar sobre os cálculos de fis. 616/619. No entanto, a carga dos autos aconteceu somente em 14.03.2012, F. 622, quando já expirado o prazo para postular a devolução de prazo por justa causa, pedido este que somente ocorreu em 21.03.2012, f. 623, portanto, 15 dias depois do término do prazo ocorrido em 06.03.2012.**

**Como vimos, a preclusão pode ser conceituada como a perda da faculdade de praticar determinado ato processual. Pois bem.**

Diante desse conceito, podemos dizer que um dos efeitos desse instituto será justamente a extinção do direito de praticar o ato processual.

Ademais, a preclusão funciona como força motriz, impulsionando o processo ao seu destino final, que é o provimento jurisdicional. Chegando o processo até o seu fim, deparemos com a preclusão máxima, onde há a ocorrência da irrecorribilidade da decisão final, chamada pela doutrina de coisa julgada formal. Vejamos os ensinamentos de Didier:

(...)

Destarte, laborou com acerto o douto juízo primevo ao considerar que tenha ocorrido o instituto da preclusão, uma vez que o agravante deixou de manejar o remédio correto, no momento oportuno.

A respeito do assunto, é de bom alvitre lembrar a esmerada lição do ilustre processualista LUIZ GUILHERME MARINONI,

(...)

Como já se disse em linhas pretéritas, por força da preclusão, não há se falar em restituição do prazo para oposição de embargos.

Ao teor do exposto, já conhecido o recurso, NEGÓCIO-LHE PROVIMENTO e, de consequência, mantenho a decisão recorrida, indeferindo o pedido de restituição do prazo para oposição de embargos.

(...)'.

Como se vê, ficou claramente demonstrado o motivo que levou este Relator a negar provimento ao agravo interposto pelo insurgente e, muito embora ele tenha manifestado a sua irresignação no pertinente à questão de fundo, não trouxe argumentação fático jurídica com força bastante a ensejar a alteração do convencimento antes esposado.

**Diante disso, não comprovado pelo agravante a justa causa para a ausência de prática do ato processual no prazo legalmente estabelecido e, ainda, não demonstrado que o pedido de devolução foi feito no prazo de 05 dias após a cessação do impedimento, torna-se imperiosa a manutenção da decisão recorrida.**

Sobre a matéria em apreço, trago à colação o entendimento desta Corte de Justiça:

(...)

Por conseguinte, a decisão agravada desmerece qualquer espécie de reparo, conforme se depreende dos termos da Ementa a seguir colacionada:

(...)

Se a parte agravante não traz argumento suficiente para acarretar a modificação da linha de raciocínio adotada na decisão monocrática, impõe-se o desprovimento do agravo regimental, porquanto interposto sem elementos novos capazes de reformar o decisum recorrido.

Por tudo isso, mantenho os fundamentos anteriormente utilizados e submeto a matéria recorrida à apreciação da Turma Julgadora.

Ante o exposto, não trazendo o recorrente argumentos ou provas novas capazes de modificar o entendimento declinado na decisão agravada, conheço do agravo regimental, mas **NEGO-LHE PROVIMENTO**, para manter o julgado atacado em toda a sua extensão e submetê-lo à apreciação do órgão colegiado" (fls. 379/398e).

Não obstante os argumentos trazidos no presente Recurso Especial, acerca das informações sobre andamento processual disponibilizadas na internet, nos sites do Poder Judiciário, percebe-se, das transcrições acima, que a parte recorrente deixou incólume o fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, no sentido de que "não comprovado pelo agravante a justa causa para a ausência de prática do ato processual no prazo legalmente estabelecido e, ainda, não demonstrado que o pedido de devolução foi feito no prazo de 05 dias após a cessação do impedimento, torna-se imperiosa a manutenção da

decisão recorrida".

Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

**4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.**

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora